

Índice

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	13
SIGLAS	15

CAPÍTULO I

AUTONOMIA E OBJETO DO DIREITO BANCÁRIO

1. Introdução	17
1.1. A doutrina	19
1.2. A crítica	21
2. O núcleo do Direito bancário	23
2.1. A receção de depósitos e a concessão de crédito	23
2.2.1. A moeda bancária. A sua criação	28
2.2. Os sistemas de pagamentos	32
2.3. Súmula	34
3. O objeto do direito bancário. Desenvolvimento	39
4. A natureza do Direito bancário	41
5. As fontes	44
6. O direito bancário e o sistema financeiro	56
7. Os seus princípios estruturantes	61
8. A autonomia e a interpenetração dos diferentes subsistemas do setor financeiro	62
9. A disciplina	71

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO BANCÁRIA. O CONTRATO BANCÁRIO GERAL

10. Introdução	73
11. Conteúdo	76

12. Os deveres de informação e aconselhamento do banco no âmbito da relação bancária	79
12.1. Enquadramento. Pluralidade de fontes	79
12.2. Desenvolvimento	80
13. O conjunto de contratos bancários	87
14. A qualificação	88
15. A cessação do contrato	91
16. A relação entre o contrato inicial de abertura de conta e o contrato quadro de prestação de serviços de pagamento	92

CAPÍTULO III O CONTRATO DE CONTA

SECÇÃO I A CONTA

17. A conta	93
18. A abertura da conta. Requisitos	95
19. O conteúdo contratual	97
20. O extrato	99
21. Modalidades de contas quanto aos sujeitos e regras de movimentação	100
21.1. As contas singulares	100
21.2. As contas coletivas	100
21.2.1. A conta solidária	100
21.2.2. A conta conjunta	103
21.2.3. A conta mista	104
22. As modalidades especiais de contas previstas na lei	104
23. A conta bancária fiduciária, em especial	104

SECÇÃO II O CRÉDITO AO SALDO

24. O crédito ao saldo como elemento do património do titular da conta	108
24.1. A penhora	109
24.2. O penhor	111
24.3. A cessão	112

SECÇÃO III

A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

25. A compensação de créditos	113
25.1. O regime geral	113
25.1.1. A compensação legal	113
25.1.2. A compensação convencional	114
25.1.3. O regime insolvential	115
26. O recurso pelo banco à compensação	116
26.1. Os créditos decorrentes de fontes diversas	116
26.2. O regime específico da conta solidária	117

CAPÍTULO IV

O(S) CONTRATO(S) DE DEPÓSITO BANCÁRIO

SECÇÃO I

O DEPÓSITO. REGIME GERAL

27. O depósito em geral	121
28. O depósito irregular	123
29. Os depósitos bancários. Principais modalidades	128
30. Os depósitos não pecuniários	130
30.1. O depósito em cofre-forte	130
30.2. O depósito de cheque	131

SECÇÃO II

Os DEPÓSITOS PECUNIÁRIOS

SUBSECÇÃO I

Os DEPÓSITOS PECUNIÁRIOS SIMPLES

31. Os depósitos pecuniários	132
31.1. Modalidades de depósitos pecuniários. Depósitos simples e depósitos estruturados	133
32. Os depósitos pecuniários simples	134
33. As modalidades de depósitos pecuniários simples	138
34. O depósito à ordem	139
34.1. Caracterização	139
34.1.1. A ligação à conta	140

35. Os depósitos a prazo	141
35.1. Caraterização	141
36. Depósito com pré-aviso	144
36.1. Caracterização	144

SUBSECÇÃO II

A(s) NATUREZA(S) JURÍDICA(S) DO(S) CONTRATO(S) DE DEPÓSITO BANCÁRIO

37. A(s) natureza(s) jurídica(s) do(s) contrato(s) de depósito bancário	144
37.1. Introdução	144
37.2. O depósito à ordem	146
37.3. Os depósitos a prazo	150
37.4. Depósitos com pré-aviso	152
37.5. Conclusão	153

SUBSECÇÃO III

MODALIDADES PARTICULARES DE DEPÓSITOS

38. O depósito em garantia	153
39. O depósito com finalidade de cumprimento	155
40. O depósito para administração	156

CAPÍTULO V

OS CONTRATOS DE CRÉDITO

SECÇÃO I

OS CONTRATOS DE CRÉDITO EM ESPECIAL

41. Categoria geral? Indicação de sequência	159
42. O mútuo pecuniário	163
42.1. Introdução	163
42.2. O mútuo em geral. O mútuo civil	163
42.3. Figuras próximas. Os suprimentos	169
42.4. A natureza das obrigações do mutuário no mútuo oneroso	172
42.5. O prazo	173
42.6. O regime do cumprimento antecipado e do vencimento antecipado da obrigação de restituir o capital por parte do mutuante	174
42.7. O regime geral da cessação do contrato de mútuo	180
42.7.1. Causas de extinção além do cumprimento: e a compensação e a dação em função do cumprimento	180

42.7.2. A caducidade	180
42.7.3. A resolução	182
42.8. O mútuo como contrato fiduciário em sentido amplo	184
42.9. O mútuo comercial	185
42.10. O mútuo bancário	185
42.10.1. Introdução	185
42.10.2. Aspectos gerais	186
42.10.3. Modalidades de empréstimos bancários	187
42.10.4. Modalidades de prestações de restituição do capital e dos juros	189
42.10.5. A garantia dos mútuos. A sobregarantia	189
42.10.6. Os <i>covenants</i>	191
42.10.7. O vencimento antecipado. Os <i>events of default</i>	194
42.11. Os contratos de mútuo bancário especialmente regulados. O regime dos contratos de crédito relativo a imóveis (aprovado pelo Dec.-Lei nº 74-A/2017, de 23/6)	198
42.11.1. O âmbito de aplicação	202
42.11.2. As condições de empréstimo	204
42.11.3. O reembolso antecipado	205
42.11.4. As limitações ao exercício do direito de resolução por incumprimento	208
42.11.5. A extinção da dívida com a venda executiva ou a dação em pagamento	209
42.11.6. A retoma do crédito	210
42.11.7. Regras de imputação do cumprimento	210
43. A antecipação bancária	211
43.1. Caracterização	211
43.2. O regime insolvencial	216
44. A abertura de crédito	216
44.1. Caracterização	216
44.2. Modalidades	219
44.3. A forma	223
44.4. A estrutura	223
44.4.1. Aspectos iniciais	223
44.4.2. A estrutura plural	224
44.4.2.1. Os contratos de segundo grau	226
44.4.3. A estrutura unitária	228
44.5. A cessação do contrato	231
44.6. A insolvência do creditado/beneficiário	233

45. O desconto	234
45.1. Caracterização. Aspectos gerais	234
45.2. O desconto de títulos de crédito (letras e livranças) e de créditos ordinários	237
45.3. Distinção de figuras próximas	238
45.3.1. O contrato de <i>factoring</i> de segundo grau com recurso e antecipação	238
45.3.2. O desconto “à forfait”	240
45.4. A qualificação	241
45.5. A insolvência do descontário	242
46. O contrato de cessão financeira (<i>factoring</i>)	243
46.1. Caracterização inicial	243
46.2. A evolução histórica. Breve nota	244
46.3. A tipicidade do contrato	245
46.4. As partes do contrato	247
46.5. As funções desempenhadas	247
46.6. Modalidades	250
46.6.1. A cessão financeira doméstica e a cessão financeira internacional	250
46.6.1.1. A cessão financeira doméstica	250
46.6.1.2. A cessão financeira internacional	250
46.6.1.2.1. O sistema dos dois factores	251
46.6.1.2.2. O sistema do factor único	252
46.6.1.3. O regime uniforme: a Convenção de Otava	253
46.6.1.3.1. O âmbito de aplicação	254
46.6.2. A cessão financeira notificada e a cessão financeira não notificada (<i>non notification factoring</i>)	255
46.7. A estrutura unitária e a estrutura plural	256
46.7.1. A cessão global de créditos presentes e futuros (<i>Globalzession</i>)	257
46.7.2. A estrutura plural. O contrato-quadro	258
46.8. A cessação do contrato de <i>factoring</i>	259
46.9. A cessão de créditos	260
46.9.1. Desenvolvimento. Aspectos gerais	261
46.9.2. A notificação	262
46.9.3. O âmbito da transmissão	263
46.9.4. Os meios de defesa oponíveis pelo devedor cedido ao cessionário	263
46.9.5. As garantias de existência e da exigibilidade do crédito	264
46.10. As modalidades das cessões de créditos no <i>factoring</i>	265
46.11. Os negócios causa da cessão de crédito. Os contratos de cessão financeira ou de <i>factoring</i> de segundo grau	266

46.11.1. O contrato com recurso e sem adiantamento	267
46.11.1.1. Caracterização	267
46.11.1.2. A qualificação	267
46.11.2. O contrato com recurso e com adiantamento.	
O <i>factoring</i> financeiro	268
46.11.2.1. Caracterização	268
46.11.2.2. A qualificação	269
46.11.3. O contrato sem recurso e sem adiantamento	271
46.11.3.1. A caracterização	271
46.11.3.2. A qualificação	271
46.11.4. O contrato sem recurso e com adiantamento.	
O <i>factoring</i> completo (<i>full factoring</i>)	272
46.11.4.1. A caracterização	272
46.11.4.2. A qualificação	272
47. A locação financeira (<i>leasing</i>)	274
47.1. Introdução	274
47.2. Caracterização	276
47.2.1. Delimitação. Estrutura	276
47.2.2. As funções	278
47.2.3. As partes	279
47.2.4. A forma	280
47.2.5. O objeto	281
47.2.6. Os prazos	282
47.2.7. As rendas	282
47.3. As modalidades	284
47.3.1. A locação financeira convencionada	284
47.3.2. A locação financeira restitutiva (<i>o sale and lease back</i>)	285
47.4. Distinção de figuras próximas	286
47.4.1. A locação	286
47.4.2. O <i>leasing</i> operacional	288
47.4.3. A venda a prestações com reserva de propriedade	288
47.4.4. O aluguer de longa duração (ALD)	290
47.4.5. A alienação em garantia	290
47.5. A fase pré-contratual	291
47.6. As posições das partes	292
47.6.1. A posição do locador financeiro	292
47.6.1.1. Os deveres	292
47.6.1.2. Os direitos	293
47.6.2. A posição do locatário financeiro	294
47.6.2.1. Os deveres	294

47.6.2.2. Os direitos	296
47.7. A relação entre o locatário financeiro e o fornecedor do bem	296
47.8. A resolução do contrato	298
47.8.1. Os fundamentos específicos (art. 18º do Dec.-Lei nº 149/95, de 24/6)271	299
47.8.2. O regime geral da resolução	300
47.8.3. Os regimes particulares	304
47.8.4. Os efeitos da resolução do contrato	305
47.8.5. As cláusulas penais	307
47.8.5.1. O regime imperativo do art. 935º	310
47.8.5.2. O regime das cláusulas contratuais gerais [art. 19º, al. c) do Dec.-Lei nº 445/86 de 25/10]	313
47.8.5.3. A redução por força do art. 812º	315
47.9. As garantias	316
47.10. A transmissão da posição contratual do locador e do locatário financeiro	318
47.11. A proibição de operações de natureza similar	320
47.12. O regime insolvencial	321
47.12.1. O regime da resolução	321
47.12.2. O regime do negócio em curso	321
48. A forfaitização (<i>forfaiting</i>)	323
48.1. Caracterização. Aspetos gerais	323
48.2. O <i>forfaiting</i> no comércio internacional	326
48.2.1. Interesses subjacentes	326
48.2.2. O <i>iter</i> negocial	327
48.2.3. A estrutura da operação	329
48.2.4. O objeto	330
48.2.5. A qualificação do contrato	333
48.2.5.1. <i>Forfaiting</i> e desconto	336
48.3. O <i>forfaiting</i> interno	337
48.3.1. Desenvolvimento	338
48.3.2. Distinção das figuras próximas	340
48.3.2.1. O contrato de cessão financeira sem recurso e com adiantamento	340
49. O reporte financeiro	342
49.1. Introdução	342
49.2. Caracterização	343

SECÇÃO II

O CRÉDITO AO CONSUMO

50. O crédito ao consumo. O âmbito de aplicação	347
50.1. Aspetos centrais de regime	351
50.2. O direito de revogação	351
50.3. O incumprimento do consumidor	352
50.4. O direito de reembolso antecipado	353
50.5. A ligação entre os contratos de crédito e de compra e venda	354
50.6. A usura	357

SECÇÃO III

Os JUROS

51. Caracterização	357
52. As figuras próximas	359
53. Os juros ocultos	360
54. Modalidades de juros	362
55. A taxa de juros	364
55.1. Espécies. Taxas fixas e variáveis	364
55.1.1. O risco específico de subida da taxa variável	365
55.2. A taxa nominal, a taxa anual efetiva (TAE), a taxa anual de encargos efetiva global (TAEG)	366
56. Os juros negativos	368
56.1. O regime dos contratos de crédito relativos a imóveis celebrados com consumidores (art. 21º-A do Dec.-Lei nº 74-A/2017, de 23/6)	371
57. Os arredondamentos das taxas de juro	374
58. As alterações da taxa de juro	377
59. Os limites máximos das taxas de juro	382
60. Os limites aos juros decorrentes da concessão de crédito pelas instituições de crédito e sociedades financeiras	385
61. O vencimento da obrigação de juros	393
62. A capitalização dos juros. O anatocismo	395
63. Informação sobre juros e encargos	397
63.1. O âmbito geral	398
63.2. O consumidor bancário	400

**CAPÍTULO VI
COMISSÕES**

64.	As comissões	403
	64.1. Aspetos gerais	403
	64.2. A comissão de recuperação de valores em dívida em particular	406

**CAPÍTULO VII
CONTRATOS DE PAGAMENTO**

65.	O contrato de <i>confirming</i> ou de gestão de pagamentos	409
	65.1. Introdução	409
	65.2. As funções económicas	410
	65.3. O <i>iter</i> negocial e a estrutura contratual	411
	65.4. A qualificação	412
	65.5. Distinção da cessão financeira (<i>factoring</i>)	413
	65.6. O regime insolvencial	414
66.	O crédito documentário	414
	66.1. Introdução. Caracterização	414
	66.2. As modalidades	417
	66.3. Os bancos envolvidos e o seu papel	419
	66.4. As funções	420
	66.5. As modalidades de pagamento	421
	66.6. A autonomia	422
	66.7. O <i>strict compliance</i> ou o formalismo estrito	423
	66.8. O regime insolvencial	425
	66.8.1. O contrato entre o ordenador e o banco	425
	66.8.2. O contrato de compra e venda internacional	426

**CAPÍTULO VIII
MEIOS DE PAGAMENTO**

SECÇÃO I

O CONTRATO DE CHEQUE E O CHEQUE

67.1.	Introdução	427
67.2.	As funções	429
	67.2.1. Em especial das funções de crédito e de garantia	429
67.3.	As relações envolvidas	432

67.4. O contrato de cheque	432
67.5. O conteúdo do contrato	434
67.6. O título de crédito	435
67.7. Modalidades específicas	437
67.7.1. O cheque cruzado	437
67.7.2. O cheque para levar em conta	438
67.7.3. O cheque visado	438
67.8. O dever de pagamento do cheque	441
67.9. A revogação do cheque	442
67.10. A falsificação do cheque	445
67.11. A cessação do contrato	446
67.11.1. Aspetos gerais	446
67.11.2. A resolução em especial	446

CAPÍTULO IX GARANTIAS BANCÁRIAS

68. Garantias bancárias em geral	449
69. A caução	449

SECÇÃO I

REFORÇO QUANTITATIVO DA PROBABILIDADE DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

70. A fiança	449
71. A fiança em geral	449
72. Modalidades particulares de fiança	449
72.1. A subfiança	450
72.2. A retrofiança	450
72.3. A fiança geral ou <i>omnibus</i>	450
72.4. A fiança ao primeiro pedido	450
73. O mandato de crédito	450
74. O aval	450
74.1. O aval geral	450
75. A garantia autónoma	450
76. As cartas de conforto	450
77. O <i>Credit Default Swap</i> (CDS)	451
78. A solidariedade passiva	451
79. A assunção cumulativa de dívida	451

SECÇÃO II

REFORÇO QUALITATIVO DA PROBABILIDADE DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

SUBSECÇÃO I

GARANTIAS REAIS E FIGURAS PRÓXIMAS

80. A hipoteca	451
81. O penhor	451
81.1. O penhor de coisas	451
81.2. O penhor de direitos	451
82. Os regimes particulares do penhor	452
82.1. O penhor mercantil	452
82.2. O penhor de estabelecimento	452
82.3. O penhor em garantia de créditos de estabelecimentos bancários	452
82.4. O penhor financeiro	452
82.5. O penhor de participações sociais	452
82.6. O penhor de letras e livranças	452
82.7. O penhor de conta bancária	452
82.8. O penhor geral ou <i>omnibus</i>	452
82.9. O penhor rotativo	453
82.10. O penhor irregular	453

SUBSECÇÃO II

O RECURSO À TITULARIDADE DE UM DIREITO COM FUNÇÃO DE GARANTIA

83. As alienações em garantia	453
84.1. As cessões de créditos em garantia	453
84.2. As alienações de coisas corpóreas móveis em garantia	453
84.3. A “alienação fiduciária em garantia” como modalidade dos contratos de garantia financeira	453
84. A criação de patrimónios autónomos	453

CAPÍTULO X

PROGRAMA. BIBLIOGRAFIA

85. A explicação do programa da obra	455
86. Bibliografia geral de direito bancário	472
87. Revistas	474
88. Jurisprudência	475
89. Bibliografia	477